

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: www.au.int

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Sétima Sessão Ordinária

7 - 12 de Junho de 2015

Joanesburgo, África do Sul

EX.CL/900(XXVII)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DO COMITÉ AD-HOC MINISTERIAL SOBRE A TABELA
DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE AS FONTES ALTERNATIVAS DE
FINANCIAMENTO DA UNIÃO AFRICANA**

**RELATÓRIO DO COMITÉ AD-HOC MINISTERIAL SOBRE A TABELA DE
CONTRIBUIÇÃO SOBRE AS FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO
DA UNIÃO AFRICANA**

1. A reunião do Comité Ministerial Ad-Hoc foi realizada no dia 10 de junho de 2015 para analisar o relatório de Peritos sobre a implementação das fontes alternativas de financiamento (ASF) da União Africana.
2. A reunião foi presidida pela S. Excia Maite Nokoana Mashabane, Ministro de Cooperação Internacional da África de Sul, que é Presidente do Comité Ministerial Ad-Hoc sobre a Revisão da Tabela das Contribuições.
3. Participantes (membros do Comité Ministerial Ad-Hoc):
 1. Argélia
 2. Chade
 3. Guiné Equatorial
 4. Quênia
 5. Líbia
 6. Namíbia
 7. Malawi
 8. Nigéria
 9. África de Sul
 10. Maurícias
 11. Ghana

Outro Estado Membro

1. Sudão

Discurso de Abertura:

4. O Presidente congratulou aos membros presentes e apontou que estavam a reunir-se num momento crucial onde o continente está a fazer esforços louváveis no sentido de abordar os desafios numerosos que enfrenta e precisava de ser auto-suficiente de forma a apropriar/direccionar esses esforços. O Presidente indicou que guiado por estes princípios, os Estados-Membros financiam 100 por cento do orçamento de funcionamento, 75 por cento do orçamento do programa e 25 por cento das operações de paz e segurança, imperativo que a reunião concordou com as modalidades de realização desses princípios. Para esse efeito recordou aos membros de que a adopção de Fontes Alternativas de Financiamento da União formavam a espinha dorsal da Agenda 2063 que está no interesse de cada membro; e seria lógico que a África tivesse a apropriação através da sua auto-suficiência. Ela concluiu informando aos Membros que a actual Tabela de Contribuições iria terminar em Dezembro de 2015, havia uma necessidade urgente para a Comissão recomendar uma nova Tabela de Contribuições para a apreciação e aprovação pelo Conselho Executivo. Ela convidou o Presidente do Comité de Peritos, S. Excia. Ntshinga, o Embaixador da África do Sul a usar da palavra.

5. Na sua breve intervenção, o Embaixador Ntshinga indicou que esta era a primeira vez que a União propunha modalidades concretas para o tratamento de assunto delicado da Tabela de Contribuições. Informou que o Comité de Peritos nas suas deliberações foram guiados e permaneceram dentro do espírito da decisão da Conferência. Concluiu que o Comité de Peritos havia feito o seu melhor para formular recomendações para a apreciação dos Ministros. O Presidente agradeceu os Peritos pelo trabalho bem feito e convidou a Comissão a fazer a sua apresentação.

6. O representante da Comissão fez uma apresentação de powerpoint sublinhado de forma cronológica os eventos e as actividades começando com a descrição lógica de introdução das Fontes Alternativas de Financiamento da União. Depois deu os prazos começando com Relatório de Obasanjo de Junho/Julho de 2004 seguido pelo estabelecimento do Comité Ministerial de Finanças, A reunião da Grupo de trabalho em Washington que resultou na adopção da decisão 561 do relatório da Conferência, estabelecendo o Comité Ministerial Ad-Hoc para considerar a implementação da decisão que culminou na reunião de Peritos de Abril/Maio de 2005 que os relatórios estão perante aos Ministros. Resumiu de seguida os pontos importantes do relatório dos Peritos com a recomendação de duas opções feitas pelo Comité Ministerial Ad-Hoc.

7. A primeira opção – um sistema de três categorias com uma combinação de capacidade de pagar e um pagamento equitativo na categoria superior. Esta descrição será anexada neste relatório como tabela 3. A segunda opção é de sistema de três categorias com partes iguais em cada uma das Categorias em todo o processo. Após a apresentação o Presidente convidou então a S. Excia o Vice-Presidente (DCP), para a sua alocação.

8. Nas suas breves palavras, S.E. o Vice-presidente Erastus Muencha, enfatizou as razões para a adopção das Fontes Alternativas de Financiamento, tais como os impostos sobre os bilhetes de avião, impostos sobre os SMS telefónicos para aliviar a actual dependência ao tesouro como meio de aumentar a contribuição orçamental. Citou o actual exemplo em que o sector privado mobilizou um montante considerável de dinheiro para combater o Ébola, utilizando o SMS. Apontou os persistentes défices orçamentais que representa uma grave desvantagem para a implementação e alcance dos objectivos e das metas orçamentais. Tranquilizou os receios que os montantes substanciais dos recursos resultantes das Fontes Alternativas de Financiamento podem causar nos desafios de implementação. Indicou que a União criou estruturas para abordar esses desafios previstos.

9. Após estas apresentações o Presidente convidou os participantes para a sessão de debate.

10. Em geral, na sequência dos debates os Membros deram um grande apoio em relação à necessidade de o continente ser auto-suficiente para que possa apropriar-se e orientar qualquer agenda de desenvolvimento para o seu povo. Contudo, alguns membros levantaram preocupações em relação ao uso dos dados estatísticos de 2013 como base da tabela de contribuições revista. Em alguns casos, consideraram que isto não reflecte as realidades económicas actuais.

11. Alguns Estados-membros também solicitaram que fosse criada uma estrutura clara e transparente para o desenvolvimento e a implementação de programas, bem como a monitorização e avaliação.

12. A Líbia reiterou a sua posição de que não esta em condições de permanecer na categoria superior e apelou ao comité a tomar nota em conformidade.

13. Em resposta, o Vice-presidente reconheceu as preocupações legítimas levantadas. No que diz respeito ao uso dos dados estatísticos de 2013, apontou que, embora partilhe as preocupações dos países envolvidos, tal tem sido a prática corrente para rever a tabela de contribuições baseada na metodologia das Nações Unidas que a União Africana adopta. Tal acontece porque os dados verificáveis são lançados dois anos mais tarde. Isto também indica a urgência da União Africana em continuar o seu programa para desenvolver a sua própria capacidade institucional. Posteriormente explicou que quando for feita a próxima revisão levará em conta a actual situação para que seja feita em conformidade. No caso da Líbia, lamentou a situação em que a Líbia se encontra e informou que as circunstâncias especiais podem ser tratadas com competência pelo Subcomité de Contribuições uma vez que não fazia parte do mandato deste Comité. Finalmente, apontou que existe um Comité de Orçamento interno que é composto pelos Chefes de todos os Órgãos da UA que ele preside. Este Comité examina todas as propostas orçamentais da União antes de serem apresentadas aos órgãos deliberativos para assegurar que os programas estão em conformidade com os objectivos e decisões estratégicos da Conferência .

14. Embora reconhecendo as observações e as preocupações dos vários membros sobre as duas opções apresentadas ao Comité, a Presidência indicou a necessidade de apresentar recomendações concretas para o Conselho Executivo por forma a mostrar solidariedade para o bem do nosso continente, com vista a fazer progressos. Em seguida convidou os ministros a ajudar a definir a via a seguir.

15. Na sequência do debate que se seguiu, os membros aprovaram em geral os princípios subjacentes nas Fontes Alternativas de Financiamento (ASF); nomeadamente a equidade, previsibilidade, flexibilidade e conformidade. Os membros também concordaram sobre a urgência de resolver a situação do financiamento da União e concordaram que a nova tabela de contribuições deve começar a partir de 2016.

16. Em relação à opção, os membros, após uma revisão crítica das duas propostas, sugeriram a implementação de um sistema híbrido entre a pura capacidade de pagamento e uma capacidade combinada de pagamento de forma que nenhum país suporte o peso do orçamento desproporcionalmente.

17. Na sequência dos debates frutíferos o Comité Ministerial Ad-Hoc, em seguida, formulou as seguintes recomendações para a análise do Conselho Executivo:

RECOMENDAÇÕES

- i) Recomenda uma opção que combina os princípios da solidariedade, o pagamento equitativo e a capacidade de pagamento e garante que nenhum país contribua no orçamento de forma desproporcional.

- ii) Na implementação do exposto, o comité recomenda à instituição e ao mecanismo de revisão anual, durante primeiros cinco anos, a avaliação do impacto e o ajuste onde e quando necessário.
- iii) Além disso, propõe continuar a trabalhar e a incorporar as modalidades para a criação de sinergias entre a revisão da Tabela de contribuições e a formulação, execução e avaliação do orçamento.
- iv) Além disso, recomenda o cumprimento do objectivo declarado na Conferência, nomeadamente 100% do orçamento de funcionamento da União, 75% do orçamento do Programa da União e 25% do orçamento de operações de apoio da paz da União, seja faseado ao longo de 5 anos, a partir de Janeiro de 2016.
- v) Os Estados-membros terão a liberdade de escolher qualquer uma das fontes alternativas de financiamento propostas do orçamento da União em função dos imperativos, leis, regulamentos e disposições constitucionais nacionais.
- vi) Prosseguir o seu trabalho em instituir uma prestação de contas adequada e um mecanismo de supervisão, que garante e faça o controlo eficaz do processo orçamental, incluindo a sua apresentação e execução.
- vii) A Comissão deve prestar todo o apoio necessário para facilitar a conclusão do exercício, incluindo o fornecimento de uma lista global dos mecanismos de prestação de contas existentes e propostos.
- viii) O Comité Ministerial Ad-Hoc fará uma apresentação sobre o mecanismo de supervisão na próxima Cimeira de Janeiro de 2016.

2015

Report of the meeting of the ad-hoc ministerial committee on the review of scale of assessment

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4729>

Downloaded from African Union Common Repository